

Notícias Sindicais, 06/08/14

Portal da CUT

Metalúrgicos de Minas Gerais lançam campanha salarial unificada 2014

05/08/2014

Categoria entregou pauta de reivindicações a representantes das empresas na Fiemg na última quinta-feira (31)

Escrito por: Rogério Hilário

Sindicatos, federações e confederações dos metalúrgicos, com apoio da CUT e outras centrais sindicais, que representam em torno de 300 mil trabalhadores e trabalhadoras no Estado, lançaram a campanha salarial unificada de 2014 na quinta-feira (31). Pela manhã, aconteceu uma atividade na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de BH, Contagem e Região. À tarde, a pauta de reivindicações foi entregue a representantes das empresas na Federação das Indústrias de Minas Gerais (Fiemg), em Belo Horizonte.

As reivindicações da pauta unificada são reajuste salarial de 11%, piso salarial de R\$ 1.949,48, abono de R\$ 2.59,91, transporte gratuito, abono de férias de um salário nominal, auxílio-creche de R\$ 301,03, tíquete alimentação de R\$ 499,50, estabilidade na empresa de 90 dias após a assinatura do acordo e manutenção das cláusulas da convenção anterior. Como a convenção tem a duração de dois anos, neste ano vai ser assinado um termo aditivo e somente as cláusulas econômicas fazem parte da campanha salarial estadual unificada.

A previsão é de que esta campanha salarial seja a mais difícil dos últimos anos. É preciso mostrar disposição do começo até o fim, pois mais do que nunca, o tamanho da conquista será do tamanho da luta dos metalúrgicos. Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de BH, Contagem e Região, Geraldo Valgas, chegou a hora de companheiros e companheiras participarem efetivamente. "O envolvimento nas mobilizações é fundamental para conquistar a vitória. O trabalhador tem que assumir seu compromisso de participar dessa luta, pois sem ele não conseguiremos vencer este desafio. Venha, junte-se a nós", disse.

"Começamos a nossa campanha salarial com a unidade total. Estaremos juntos até que nossas reivindicações sejam atendidas. Não aceitaremos a choradeira dos patrões, pois as empresas lucraram muito com a desoneração de impostos e subsídios do governo federal. Agora queremos a nossa parte. As empresas que sentaram na mesa de negociações faturaram muito e lucraram mais ainda. Vamos precisar de muita mobilização, levar a campanha para as portas das fábricas até que consigamos a vitória", afirmou José Wagner Moraes de Oliveira, da Federação Estadual dos Metalúrgicos (FEM-MG/CUT).

"Também negociaremos cláusulas específicas, mas por empresas, como a implantação das organizações por local de trabalho e a participação nos lucros e resultados (PLR). Já temos quatro comissões de fábrica e vamos criar a quinta, no domingo, na Ferrolene (fábrica de autopeças de Fiat). A meta é termos comissões nas 50 maiores empresas do Estado", acrescentou Geraldo Valgas.

A primeira atividade de lançamento da campanha salarial realizada no dia 31 de julho, na sede do nosso Sindicato, foi o Café dos Metalúrgicos. O evento contou com a participação de vários deputados e do candidato ao governo estadual pelo PT, Fernando Pimentel.

Todos os convidados assinaram um documento se comprometendo em levar adiante a luta pela Plataforma dos Metalúrgicos, onde constam reivindicações específicas da categoria, além de propostas de governo.

Estiveram presentes no evento, o candidato ao governo de Minas pelo PT, Fernando Pimentel, os deputados federais Nilmário Miranda, Welinton Prado e Jô Moraes, os deputados estaduais Rogério Correia, Adelmo Leão, e Maria Tereza Lara, além de Patrus Ananias, ex-ministro do governo Lula, dirigentes sindicais de todo o Estado e convidados especiais. Vários deputados e outras autoridades justificaram sua ausência.

Portal da CUT

Metalúrgicos de Campina Grande encerram campanha com aumento real

04/08/2014

Acordo foi selado após várias audiências de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho

Escrito por: Shayane Servilha – CNM/CUT

No último dia 28, os metalúrgicos de Campina Grande garantiram a convenção coletiva 2014/2015, após várias audiências de conciliação no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), em João Pessoa, Paraíba. A data-base é 1º de maio e ao longo da Campanha Salarial, o Sindicato da categoria não conseguiu chegar a um acordo com os empresários e, por isso, foi necessária a intermediação do TRT.

A entidade dos trabalhadores conseguiu garantir aumento de 9,08% no piso salarial (retroativo a maio), que passou de R\$ 724,00 para R\$ 785,40. Os trabalhadores que ganham acima do piso tiveram um reajuste de 8%. Aproximadamente dois mil metalúrgicos foram beneficiados com o novo acordo.

Segundo o secretário de Saúde do Sindicato de Campina Grande, Joel Carlos do Nascimento, todo ano a negociação acaba sendo complicada, porque os patrões não reconhecem o valor e a importância da mão de obra metalúrgica. "É um descaso com o trabalhador. Para começar, os empresários não participam das mesas de negociação, o que complica ainda mais o processo. O patrão não compreende que o trabalhador precisa ser valorizado para produzir melhor, e para isso precisa de boas condições de trabalho", enfatizou.

De acordo com a secretária geral do Sindicato, Marli Melo do Nascimento, a participação dos trabalhadores da base foi fundamental para garantir a conquista. "Os metalúrgicos participaram ativamente da campanha salarial e deram total apoio ao Sindicato nas assembleias. Os trabalhadores compreenderam o quanto é importante lutar e não ceder à pressão dos patrões", comentou.

Além das cláusulas sociais anteriores, este ano os metalúrgicos conquistaram um item inédito. Agora, o presidente do sindicato terá 10 dias de liberação no período da convenção e os dirigentes terão 12 dias de liberação para participar de cursos de formação e para negociação coletiva.

Para a dirigente, que também é secretária da Mulher da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM/CUT), o avanço nas cláusulas sociais foi tímido, mas é apenas o começo para futuras conquistas. "A princípio pode parecer pouco, mas é preciso continuar lutando para chegar onde almejamos. Queremos a liberação total dos dirigentes para eles trabalharem mais e, assim, conquistarem condições melhores de trabalho para a categoria", disse Marli.

Portal da CUT

Audiência Pública debate piso salarial de extensionistas, pesquisadores agropecuários e agentes da sanidade animal e vegetal

05/08/2014

Encontro terá a presença do coordenador da FASER, Manoel Saraiva Marques, e do Ministro Miguel Rossetto

Escrito por: FASER

Com o objetivo de discutir os pisos salariais nacionalmente unificados para os funcionários das entidades públicas de Pesquisa Agropecuária, de Assistência Técnica e Extensão Rural, e Agentes da sanidade animal e vegetal, a Comissão de Agricultura promove na próxima quinta (7), às 9 h, uma audiência pública na Câmara.

Tramita na Câmara dos Deputados, Projetos de Emenda Constitucional Nº 49, de 2011, 96/2011 e 97/2011, que institui pisos salariais nacionalmente unificados para os funcionários dos órgãos públicos de assistência técnica e extensão rural, da pesquisa agropecuária e dos agentes da sanidade animal e vegetal. A unificação oferecerá um tratamento igualitário aos profissionais, que, atualmente, são 26 mil divididos entre extensionistas rurais, pesquisadores agropecuários e Agentes da sanidade animal e vegetal serão beneficiados pela medida.

"A realização da audiência é fundamental para o Congresso Nacional conhecer as dificuldades vividas pelos profissionais de todo o Brasil. Além de ouvir os representantes das Entidades, é de fundamental importância a participação também dos profissionais. Os interessados poderão manifestar opinião, basta se inscrever previamente na audiência", explica Zé Silva, deputado proponente da audiência.

"A Audiência Pública é de grande relevância para o reconhecimento dos extensionistas do Brasil. Os desníveis salariais são causadores de desmotivação por parte dos profissionais. Em Brasília, por exemplo, o salário de um extensionista chega à 15 mil reais, enquanto o trabalhador do Maranhão que exerce a mesma função tem um ganho de aproximadamente dois salários mínimos. Queremos dignidade para que os extensionistas exerçam suas atividades com qualidade aos agricultores brasileiros", disse o presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil, Manoel Saraiva Marques.

Para debater o tema foram convidados: Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário (MDA), Miguel Soldatelli Rossetto; Fiscal Federal Agropecuário/Departamento de Sistemas de Produção e Sustentabilidade - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Kleber Santos; Presidenta do Conselho Nacional dos Secretários de Estado de Agricultura (Conseagri), Mônica Bergamaski, Presidente do Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (Consepa), Florindo Dalberto; Presidente da Associação Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer), José Ricardo Ramos Roseno; Presidente do Fórum Nacional dos

Executores de Sanidade Agropecuária (Fonesa), Antenor de Amorim Nogueira; Coordenador-Geral da Federação Nacional dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil, Manoel Saraiva Marques e o Presidente da União Nacional dos Fiscais Agropecuários (UNAFA), Francisco Saraiva da Silva Júnior.

Portal da CTB

Grevistas do IBGE convidam para ato político-cultural no Rio nesta quarta

A ASSIBGE-SN convoca a todos para o Ato Político-Cultural nesta quarta-feira (6), com diversas atividades, a partir das 13h, em frente à sede do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Av. Franklin Roosevelt, 166 - centro - Rio). O mote desta ato público será: "SOS IBGE: pela reversão das demissões dos grevistas e por negociações efetivas com o IBGE e o governo". Convidamos também aos coletivos e grupos culturais a realizarem apresentações (musicais, de teatro, etc.), integrando as atividades do Ato.

Há mais de dois meses em greve em defesa da instituição, em que pese a pertinência do movimento e do tema – dados os problemas estruturais que levaram o IBGE a uma grave crise institucional – não conseguimos até agora efetivar uma negociação com o governo federal.

Atualmente, somos 5.760 trabalhadores do quadro efetivo, dos quais cerca de 4 mil (68%) estão prestes a se aposentar (com mais de 26 anos de serviço). A "saída" apontada pela direção do Instituto para suprir o esvaziamento do quadro técnico vem sendo a massificação do trabalho precário, que em algumas unidades do IBGE chega a 70% do quadro. Hoje, há cerca de 4.800 trabalhadores contratados (Agentes de Pesquisa e Mapeamento – APMs). O último Processo Seletivo Simplificado (PSS) amplia o número de vagas nesta modalidade para 7.825.

Trata-se de trabalhadores que ganham pouco mais de um salário mínimo, nem celetistas nem estatutários, sem FGTS, seguro-desemprego, praticamente nenhum direito essencial. São submetidos a avaliações de desempenho mensais, para renovação ou não dos contratos. Podem ficar até 3 anos no IBGE, mas, na prática, estão submetidos a pressões constantes por produtividade e por desempenhar múltiplas funções (tratamento dos dados, supervisão da coleta, direção de veículos, responsabilidades materiais diversas, etc.), podendo ter seus contratos rompidos a qualquer momento, de acordo com a vontade das chefias.

À medida que os APMs tornam-se numericamente muito expressivos, é natural que se organizem coletivamente em torno de suas carências, buscando melhores condições de trabalho e de salários. Porém, a direção do IBGE afronta um dos poucos direitos que estão garantidos por Lei a estes trabalhadores: o de reivindicar.

Aproveitando-se da precariedade dos contratos, a direção do IBGE tenta burlar a lei de greve demitindo os trabalhadores que, na condição de temporários, entraram em greve. Sob o argumento de que somente não está renovando os contratos daqueles que apresentam "baixa produtividade e assiduidade", o IBGE já promoveu a rescisão de quase 200 trabalhadores, justamente os que se enquadram na condição de grevistas. Afinal, como ter assiduidade e produtividade em greve? A tentativa é de impor uma condição de semiescravidão: aqui só trabalha quem se cala.

Fonte: Comando Nacional de Greve dos Trabalhadores do IBGE e Executiva Nacional da ASSIBGE-SN

Portal da UGT

Governo antecipa para agosto metade do 13º salário a aposentados do INSS

05/08/2014

O governo federal autorizou a antecipação de metade do 13º salário aos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O valor antecipado do abono anual será pago junto com o benefício referente ao mês de agosto, segundo decreto publicado no Diário Oficial da União desta terça-feira.

A primeira parcela corresponderá a até 50% do valor do benefício pago em agosto e a segunda, à diferença entre o total do abono anual e o valor da parcela antecipada. A segunda parte será depositada em novembro, junto com o pagamento do mês.

Não haverá desconto de Imposto de Renda (IR) nesta primeira parcela. Segundo a legislação, o IR sobre o 13º só é cobrado quando a segunda parcela é paga, neste ano em novembro.

Fonte: Estadão

Portal da UGT

Centrais discutem composição do Conselho do BRICS Sindical

04/08/2014

As centrais sindicais, reunidas na sede da União Geral dos trabalhadores (UGT), na tarde desta segunda-feira (04/08), debateram a composição do Conselho Internacional do BRICS Sindical

para reforçar, ainda mais, a participação dos trabalhadores e trabalhadoras nas decisões políticas e econômicas.

Para exigir que os governos membro do BRICS considerem a pauta de reivindicações dos trabalhadores brasileiros, as centrais formaram, também, um Fórum de discussão permanente das Centrais brasileiras, cujas deliberações serão levadas ao Conselho internacional.

A luta das centrais pelo reconhecimento oficial do BRICS Sindical avança no momento em que as centrais se unem pelo fortalecimento da classe trabalhadora no bloco.

A UGT esteve representada pelos secretários Canindé Pegado (Secretaria Geral), Otton Mata Roma, Monica Mata Roma, Wagner José de Souza (Internacional) e Valdir Vicente (Políticas Públicas).

Por Giselle Corrêa, da UGT

Portal Mundo Sindical

Justiça do RN determina reintegração de servidora grávida demitida do IBGE

A Justiça Federal determinou no último dia 21 a reintegração de uma servidora do IBGE que foi demitida apesar de estar grávida de cinco meses. O Sindicato Nacional dos Trabalhadores em Fundações Públicas Federais de Geografia e Estatística (ASSIBGE) afirma que a demissão tem relação com a greve dos servidores do IBGE que começou no dia 26 de maio. O IBGE informou por meio da assessoria que a servidora já foi reintegrada ao quadro.

"A servidora só comunicou ao IBGE que estava grávida após a notificação de não renovação do contrato e imediatamente foi feito o processo de reintegração ao quadro da unidade estadual. Não recebemos nenhuma notificação formal de decisão judicial, a reintegração foi feita por ato administrativo tão logo soubemos da falha", disse o diretor executivo do IBGE, Fernando Abrantes.

De acordo com o ASSIBGE, Fabiana Lira dos Santos Medeiros, é lotada na agência do IBGE em Parnamirim, pertencente aos quadros da instituição desde 6 de setembro de 2012 e recebeu um telegrama com o comunicado da demissão no dia 3 de julho, apesar de o contrato estar vigente até 27 de julho.

"Entendo que o telegrama supracitado, na verdade, interrompe a relação de emprego durante a vigência do contrato de prestação de serviços, sem nenhuma causa justa, violando, assim, a estabilidade provisória de que dispõe a autora", afirmou o juiz na decisão.

Além da reintegração da funcionária, o juiz determinou ainda a garantia de todas as vantagens decorrentes do contrato e garantindo a permanência no IBGE até 5 meses após o parto. De acordo com o coordenador sindical Rogério Campelo, ao todo 35 servidores temporários do IBGE foram demitidos por aderirem ao movimento grevista.

Objetivos da greve

O sindicato reivindica que o IBGE seja tratado como órgão de Estado e não de governo. Os servidores pedem ainda autonomia técnica, reforço no orçamento condizente com plano de trabalho, valorização salarial e patamar do ciclo de gestão.

Fonte: G1 - 05/08/2014

Portal Mundo Sindical

RJ: Professores grevistas da rede municipal têm novo desconto no contracheque

Os professores da Prefeitura do Rio que aderiram à última greve da categoria receberam nesta segunda-feira os salários com desconto pelo segundo mês consecutivo. De acordo com o Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação do Rio (Sepe), há casos de docentes que tiveram corte superior a R\$ 2 mil.

Segundo a Procuradoria Geral do Município (PGM), ainda não há uma decisão definitiva do Poder Judiciário sobre manutenção do corte. E, portanto, não há ato ilegal.

Já o Sepe contesta o débito nos pagamentos. Integrante da coordenação do sindicato, Marta Moraes classificou o desconto na remuneração como "atitude autoritária" e completou que "centenas de docentes estão com a situação financeira ainda mais comprometida".

A coordenadora também criticou o adiamento da decisão sobre a legalidade do débito nos salários. O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio adiou o julgamento de ontem para a segunda quinzena deste mês. "Enquanto não se define, a prefeitura faz o que quer e os professores não têm mais o que fazer", argumentou.

Os profissionais da rede municipal têm assembleia marcada para o próximo dia 23. No âmbito estadual, a Secretaria de Educação reiterou ontem que qualquer débito no contracheque do docente será devolvido entre os dias 11 e 15 deste mês, por meio de folha suplementar.

O Sepe também informou que vai conceder novo auxílio de R\$ 200 aos profissionais da rede estadual que tiveram desconto na remuneração. O pagamento começa hoje e será das 12 às 18h. O

sindicato solicitou que os profissionais do estado que já receberam a restituição do desconto de greve, efetuem a devolução da ajuda de custo para o fundo de greve.

CASA PRÓPRIA: FINANCIAMENTO

O Previ-Rio anunciou nesta segunda a relação de 12 apartamentos situados no conjunto residencial de sua propriedade, na Estrada Adhemar Bebiano 1.185, em Inhaúma, que estarão disponíveis para financiamento. O repasse será feito por sorteio para os servidores da Prefeitura do Rio. O preço médio de cada unidade ficou em R\$110 mil. Informações: www.rio.rj.gov.br/previrio.

MÉDICOS PERITOS: REUNIÃO HOJE

O Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro informou nesta segunda-feira que o secretário municipal de Administração, Paulo Jobim, vai receber hoje os médicos peritos da rede da Prefeitura. O encontro será às 15 horas, na sede da pasta. Os servidores aguardam boa proposta por parte do Poder Executivo, para que o movimento grevista possa ser suspenso o quanto antes.

Fonte: Alessandra Horta/O Dia - 05/08/2014

Organizado por Ernesto Germano